

Carta-compromisso com o Desenvolvimento Regional

Carta-Compromisso

24 anos de luta



Por um Nordeste e BNB melhores e
pela valorização dos trabalhadores



Carta-compromisso com o Desenvolvimento Regional

A Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste (AFBNB) é uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 1986 e que representa atualmente 5 mil associados – funcionários ativos e aposentados do BNB. Ao longo de seus 24 anos de existência, tem sido referência na produção de conteúdo e na mobilização social para as questões relacionadas ao desenvolvimento regional. Sua atuação foi de grande importância para a criação do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), para a consolidação de recursos estáveis para o Banco do Nordeste, dentre outras frentes em que esteve firme e forte em seu propósito de contribuir para a eliminação das desigualdades regionais, de fortalecer o BNB enquanto indutor do desenvolvimento da região Nordeste (e Norte de MG e ES) e defender os interesses de seus associados.

Visando contribuir com a elaboração de um plano de desenvolvimento regional, integrado a um projeto nacional – condição imprescindível para que o Brasil erradique de vez a pobreza e construa um modelo de desenvolvimento com viés social – a Associação apresenta uma síntese de discussões coordenadas pela AFBNB, ao longo dos últimos anos, traduzidas em documentos disponíveis no sítio da entidade, (www.afbnb.com.br), em link específico sobre o documento aos presidentiáveis – eleições 2010, e que tiveram o aval da 38ª Reunião do Conselho de Representantes, ocorrida em agosto passado, em Aracaju-SE, assim como em pesquisa realizada junto aos funcionários.

Uma convocação à (ao) futura (o) governante do Brasil!

Apesar dos avanços que vêm ocorrendo nos últimos anos, a estrutura econômica nacional ainda mantém uma perversa concentração de renda sem distribuição da riqueza de forma equânime, exacerbada pelo paradigma neoliberal da globalização. Esta conjuntura explicita a necessidade da presença do Estado na construção de um **Projeto Nacional de Desenvolvimento**. Nesse contexto, o processo de consolidação de uma política regional deve ter como alvo prioritário o Nordeste e a área de atuação da SUDENE, por apresentar os piores indicadores econômicos e sociais do país, concentrando a maior parte da pobreza nacional, além de compreender uma ampla área de semiárido, exposta a constantes irregularidades climáticas e apresentando baixos níveis de rentabilidade econômico-financeira. Não é à toa que o documento elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE, denominado Projeto Nordeste, enfatiza: “Não há solução para o Brasil se não houver solução para o Nordeste. Não há solução para o Nordeste se não houver solução para o semiárido”.

A política regional (que deve compreender também, a área de atuação da SUDAM) deve assumir posição central na estratégia nacional de desenvolvimento. O objetivo maior deve ser manter a capacidade de crescer aceleradamente, mas com justiça social e sustentabilidade. Para tanto, no curso do seu mandato, a (o) futura (o) governante do Brasil deve garantir as seguintes premissas:

- a continuidade da reconstrução do Estado com elevação dos padrões de eficiência do setor público e a restauração de sua capacidade de planejar e implementar ações de desenvolvimento;
- a inclusão social e a redução das desigualdades regionais, prerrogativas constitucionais;
- a recuperação da capacidade de investimento do Estado;
- a mobilização do sistema financeiro privado para o financiamento de investimentos produtivos, com especial atenção ao fortalecimento do sistema financeiro público;
- a melhoria da distribuição da riqueza nacional, com medidas efetivas para a redução da concentração de renda e melhoria da renda das famílias;
- o desenvolvimento científico e tecnológico e o incentivo ao empreendedorismo e à inovação;
- a expansão e modernização da infraestrutura nacional, com desconcentração regional;
- a melhoria da qualidade dos recursos humanos;
- a inserção soberana na economia mundial, subordinada à promoção do desenvolvimento do país;
- a promoção de políticas que levem ao desenvolvimento com mudança estrutural;

- a promoção de políticas regionais vinculadas ao aumento da produção e à melhoria da produtividade, com respeito ao meio ambiente;
- a democratização e transparência dos orçamentos públicos, das relações institucionais com as entidades representativas dos trabalhadores, e melhoria dos mecanismos de controle social.

Como parte da estratégia nacional de desenvolvimento e considerando as premissas apresentadas, propõe-se à (ao) futura (o) governante do Brasil empreender os esforços necessários para a superação dos desafios prioritários relativos às **11 estratégias fundamentais**, divulgadas no documento “Por um Nordeste Melhor” (http://www.afbnb.com.br/downloads/por_ne_melhor.pdf), relacionadas às temáticas: conhecimento, infraestrutura, crescimento econômico, semiárido e gestão de recursos hídricos, inserção internacional, gestão ambiental, ordenamento territorial, inclusão social, financiamento, desenvolvimento institucional e mobilização política – detalhamento em anexo.

Porém, para a superação desses desafios prioritários é necessário compromisso político efetivo e a consequente execução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, que devem ser empreendidas de forma colaborativa entre todos os níveis da federação.

Assim, no **Projeto Nacional de Desenvolvimento** - a ser construído - caberá papel fundamental à região Nordeste, sendo necessário o fortalecimento das instituições de apoio ao desenvolvimento, como a SUDENE, o DNOCS, a CHESF, a CODEVASF, a Embrapa, e, também o Banco do Nordeste (BNB), enquanto principal agente de desenvolvimento da região Nordeste (e da área de atuação da SUDENE) e administrador dos recursos do FNE. Nesta perspectiva, desde 2007, a AFBNB desenvolve o *Projeto de Mobilização Político-Social para o Desenvolvimento Regional*, buscando resgatar a discussão sobre a questão regional, debatendo com os parlamentares, entidades sindicais, movimentos e organizações sociais, uma estratégia para o fortalecimento institucional do BNB, pautada nos seguintes pleitos: aumentar o capital social do BNB; dar ao Banco mais capilaridade, com o aumento do nº de agências e de funcionários; assegurar maior aporte de recursos, expandindo o funding do Banco, com recursos específicos para a infraestrutura econômica, além do FNE; e valorizar os funcionários, como estratégia fundamental para o alcance de resultados de qualidade na atuação voltada para o desenvolvimento.

Portanto, na perspectiva de um “Nordeste Melhor” e do fortalecimento das instituições de apoio ao desenvolvimento, como o BNB, pesquisa feita junto aos funcionários do BNB apresentou as seguintes **propostas institucionais** que o próximo governo do Brasil deve implementar:

No âmbito de uma nova política regional:

1. Estruturar a participação das Instituições Federais, de todos os níveis, em especial o BNB, na formulação de políticas públicas para a região nordestina e área de atuação do FNE, resgatando o planejamento institucional, de cooperação e integração institucional, na região, com a participação das entidades sindicais e organizações sociais.
2. Democratizar a criação do Plano de Desenvolvimento Regional, a ser elaborado pela SUDENE, com incentivos, de base, às formas cooperativas e à economia solidária, e em especial, à integração de políticas públicas, de forma a possibilitar maior controle social dos recursos a serem aplicados.
3. Estimular a democratização do crédito para o desenvolvimento, e a ampliação do seu acesso em todos os municípios do Nordeste e da área de atuação do FNE, por meio de estratégias e metodologias inovadoras, com apoio das cooperativas de crédito.
4. Regulamentar o artigo 192, da CF 1988, garantindo o fortalecimento das instituições financeiras de caráter regional, por meio da democratização e regionalização do orçamento público federal.

No contexto do fortalecimento do sistema financeiro público e do BNB, enquanto principal agente do desenvolvimento no Nordeste:

1. Fortalecer o BNB, de forma a que sua atuação não se restrinja ao crédito, mas envolva ações de fomento, nas áreas social, ambiental, cultural, científico-tecnológica e de

infraestrutura, dentro de uma perspectiva de assegurar a melhoria das condições de vida da população do Nordeste e área de atuação do FNE.

2. Aumentar o capital social do Banco do Nordeste em pelo menos R\$ 10 bilhões nos próximos quatro anos, de forma que o Banco possa ser um Banco de R\$ 100 bilhões até 2014.
3. Dobrar no mínimo, até 2014, a rede de Agências do BNB, aumentando, conseqüentemente, o número de funcionários.
4. Aportar novas fontes ao BNB, além do FNE, criando, em especial, fundo com repasses federais, de pelo menos R\$ 3 bi/anuais, administrados pelo Banco, para as aplicações em infraestrutura econômico-social.
5. Alocar ao BNB, recursos dos Fundos Setoriais, em pelo menos R\$ 400 milhões anuais, para serem administrados nos moldes do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNDECI e do Fundo Social, para o incentivo a inovação e pesquisa no semiárido e nos municípios de baixa renda.
6. Retornar ao BNB os recursos do seu lucro anual que são da cota da União.
7. Estabelecer contrapartidas sociais e ambientais, progressivas, em termos de quantificação, em todos os financiamentos com recursos do FNE.
8. Alterar a política de apoio, por meio de bônus, nas contratações com recursos do FNE, possibilitando atendimento diferenciado nos moldes do semiárido, às áreas de tipologia da PNDR, consideradas de baixa renda ou estagnadas.
9. Democratizar a gestão dos bancos públicos federais, de âmbito nacional e regional, com o retorno de representante eleito pelos funcionários e assento nos Conselhos de Administração das Instituições.

Ainda no contexto de fortalecimento do BNB, considerando, inclusive, a atuação de seus funcionários nos últimos anos, o Banco, sucessivamente, obteve resultados positivos, enquanto agente do governo federal na região Nordeste e na área de atuação da SUDENE, tanto em termos de crédito produtivo quanto no apoio a políticas públicas. É necessário, nesta perspectiva, além da ampliação do número de agências e a realização de concurso público para contratação de pessoal, uma maior valorização dos funcionários, em termos de recomposição do seu plano de carreira (PCR) e do resgate, sob o signo da equidade, de todos os direitos que foram expropriados no período de 1995 a 2002, gestão Byron Queiroz, em particular, a licença-prêmio, de forma isonômica a todos os funcionários.

Diante da relevância da missão institucional do BNB para a consecução dos grandes desafios impostos a toda a sociedade brasileira, na perspectiva do Projeto Nacional de Desenvolvimento, a designação do presidente do Banco deve ser de responsabilidade exclusiva do Chefe do Poder Executivo e não indicação de grupos políticos. Além disso, os administradores do BNB devem ter características – técnicas, políticas e humanas – específicas. Assim, propõe-se à(ao) futura(o) presidente do Brasil, alguns requisitos que devem ser exigidos de um Presidente e de uma Diretoria de um banco oficial de desenvolvimento, como perfil dos gestores do BNB:

1. Reputação ilibada, tradição de seriedade e honestidade no trato e na gestão de assuntos públicos ou privados.
2. Competência e experiência técnica na gestão pública ou empresarial (privada), de preferência na área financeira e de crédito para desenvolvimento. Conhecimento técnico sobre o BNB.
3. Conhecimento das questões econômicas e sociais do Nordeste, do Brasil e do mundo.
4. Competência para navegar no universo político e empresarial, nordestino e do centro-sul.
5. Tradição de gestão transparente, ética, democrática e participativa.
6. Respeito às pessoas e à dignidade do trabalho, com reconhecida capacidade de compreensão do contraditório da relação capital-trabalho.

A AFBNB avalia que o novo governo, na nova quadra política que se inicia, com o apoio da sociedade nordestina e da ação política junto ao Congresso Nacional, terá que, efetivamente, promover as mudanças que o Nordeste (e a área de atuação do FNE) necessita.

Fortaleza, 15 de setembro de 2010.

ANEXO: Propostas gerais ao governo de 2011-2014

Focadas nas onze (11) estratégias do documento "Por um Nordeste Melhor", nas resoluções das Reuniões de Conselho de Representantes da AFBNB, ocorridas entre 2005 e 2010, e nos documentos Nordeste Cidadania e de transição para a gestão que se iniciou em 2003.

1. Conhecimento (geração, transmissão, difusão e gestão do conhecimento):

- estabelecimento de programas e projetos bem estruturados para atingir os objetivos de expansão e melhoria da qualidade da educação em todos os níveis;
- erradicação do analfabetismo, em especial no campo, e mobilização de novas fontes de financiamento para a universidade pública;
- valorização do magistério;
- reconstrução dos mecanismos de assistência técnica e extensão rural de qualidade e voltada para os pequenos produtores/empresas;
- ampliação dos programas de inclusão digital;
- expansão e aprofundamento da reforma do sistema nacional de educação profissional;
- ampliação dos investimentos e incentivos para pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação empresarial, visando ao aumento da competitividade das atividades produtivas da região Nordeste e o atendimento a demandas sociais de saúde, saneamento, educação, gerenciamento de recursos hídricos e a busca de formas de convivência com situações ambientais adversas (secas no Nordeste);
- criação de novas unidades da EMBRAPA e de institutos tecnológicos voltados para o desenvolvimento industrial e de serviços no Nordeste.

2. Infraestrutura:

- política econômica e social voltada para a atração de investimentos privados e sustentabilidade dos empreendimentos dos pequenos produtores/empresas no Nordeste;
- duplicação da rodovia 101;
- construção da Ferrovia Transnordestina;

- modernização e ampliação do sistema de portos e aeroportos;
- revitalização da bacia do Rio São Francisco e de sua hidrovia, com a integração às bacias hidrográficas do Nordeste setentrional; e
- ampliação do sistema elétrico.

3. Crescimento econômico:

- criação de corporações estatais com capacidade de indução do desenvolvimento e transformação e modernização do aparato produtivo;
- transformação e modernização do aparato produtivo (tecnologia, infraestrutura, mão-de-obra capacitada, financiamento, empreendedorismo, inovação e instituições preservadoras de uma eficiente economia de mercado);
- complementação da infraestrutura regional para a obtenção de competitividade sistêmica, fortalecida por estratégias de adensamento de cadeias produtivas (fruticultura irrigada, aquíicultura e piscicultura, petróleo e gás natural, metal-mecânica, siderurgia etc.);
- reorientação da lógica do crescimento, priorizando o apoio aos pequenos produtores e suas associações e cooperativas;
- reforma agrária, especialmente a reestruturação fundiária dos estabelecimentos rurais não produtivos;
- priorização de políticas voltadas para o atendimento das necessidades básicas da população;
- adoção de modelos eficientes de promoção de micro, médias e pequenas (MPMEs) empresas, com assistência técnica intensiva e educação profissional.
- cooperação horizontal entre os estados do Nordeste: consórcios em projetos de desenvolvimento (Ciência & Tecnologia;

Recursos Hídricos; Energia; Transporte; Aproveitamento do Semi-Árido; etc.);

- ampla adoção de programas de compras/aquisição de produtos que gerem renda e empregos em nível local.

4. Semiárido e gestão dos recursos hídricos:

- políticas públicas e modelo de desenvolvimento que privilegie atividades de reprodução econômico-social em nível local; priorização de empreendimentos de MPMEs e de exploração familiar, geradoras de emprego; viabilização de parques industriais em pequenos e médios municípios; apoio às pequenas indústrias e agroindústrias familiares de caráter não rural; reestruturação de formas de cooperação, que viabilizem a ação coletiva dos pequenos produtores/empresas.

5. Inserção internacional:

- articulação dos mercados interno e externo, utilizando o primeiro como um instrumento para alavancar o acesso ao segundo, via economias de escala, sinergia produtiva etc.;
- reorientação das estratégias que vêm sendo seguidas pelos últimos governos com a adoção das seguintes medidas:
 - a. opção pelo multilateralismo, estabelecendo relações econômicas com os diversos blocos econômicos,
 - b. disciplinamento dos fluxos de capitais externos, com restrições à movimentação de capitais especulativos de curto prazo,
 - c. combate à sonegação e à lavagem de dinheiro,
 - d. política comercial ativa e seletiva, integrada com as políticas de absorção tecnológica e de contenção da inflação;
 - e. estímulo à competitividade exportadora oriunda do aumento da eficiência tecnológica e em compatibilidade com a agenda social;
 - f. política de promoção das exportações,

com tratamento diferenciado para pequenas e médias empresas;

- difusão de tecnologias “maduras” para países em desenvolvimento como forma de estreitar relações internacionais e difundir o desenvolvimento.

6. Gestão ambiental:

- implantação de política ambiental que deve permear todas as diversas iniciativas governamentais e privadas de desenvolvimento, de modo a serem observadas questões básicas como reserva legal, áreas de preservação permanente, outorga de água e sistemas básicos de gestão ambiental;
- recuperação de áreas degradadas, particularmente aquelas com tendência à desertificação, prevenção de impactos antrópicos e fortalecimento dos instrumentos e instituições de regulação;
- inserção, nas políticas ambientais, da especificação dos limites de área produtiva, consumo de recursos naturais, emissão de efluentes e outros aspectos que denotem pequeno impacto ambiental, para que sejam alvo de dispensa de licenciamento ambiental e outorga d'água;
- criação de plano diretor de uso e ocupação do solo nordestino que deve ser liderado pela SUDENE e pelo Banco do Nordeste (instituições criadas para planejar e executar ações de desenvolvimento regional);
- definição de políticas de energias renováveis e alternativas, utilizando o potencial da área de atuação do Banco do Nordeste.

7. Ordenamento territorial:

- elaboração e implementação de estratégias específicas e diferenciadas para os diversos subespaços do Nordeste (Capitais, Zonas Metropolitanas e municípios da faixa litorânea; Pólos de Desenvolvimento Integrado; Cerrados; Zona da Mata canavieira; Zona da Mata cacaueteira), a exemplo da aplicação do FNE respeitando as vocações locais;

- implementação de política de desenvolvimento regional em múltiplas escalas, prevendo ações políticas de natureza predominantemente local, micro regional, médio regional e macro regional, inseridos num plano nacional de desenvolvimento regional;
- reestruturação fundiária;
- zoneamento ecológico-econômico.

8. Inclusão social:

- políticas sociais, imediatas ou de curto prazo, relacionadas a transferência de renda;
- implantação de política regional que vise atacar as raízes ou causas básica da exclusão social (educação, serviços básicos – como saúde e saneamento, oportunidades de emprego produtivo e acesso a fontes de capital tangível e intangível).

9. Financiamento:

- elevação da taxa de formação de capital da região, com a ampliação e fortalecimento dos vários instrumentos públicos de apoio ao financiamento do desenvolvimento regional;
- ampliação das fontes de financiamento através de crédito, incentivo fiscal e gastos públicos orçamentários nos três níveis governamentais: União, estados e municípios;
- direcionamento do crédito para o investimento e apoio a empreendimentos que possibilitem uma mudança na estrutura produtiva regional.

10. Desenvolvimento institucional:

- reconstrução do Estado como um forte instrumento de apoio ao setor privado;
- fortalecimento das instituições federais regionais, garantido mais recursos financeiros e maior estabilidade de gestão;
- criação de fundos especializados para aplicações em capital de risco e fundos vinculados para investimentos em infraestrutura, promoção de sistemas regionais de

inovação, promoção de exportações, expansão e melhoria da qualidade da educação e capacitação profissional;

- criação de procedimentos de monitoramento e avaliação com o objetivo de preservar e melhorar a eficiência das políticas regionais, como investimentos da SUDENE e aplicações dos bancos estatais e dos fundos constitucionais de financiamento;
- fortalecimento do Banco do Nordeste, em termos financeiros, técnicos, operacionais e institucionais, dotando o Banco com a função de sociedade de capital de risco nos moldes do BNDESPAR;
- mobilização de esforços, recursos e competências de bancos públicos nacionais, como o Banco do Brasil, o BNDES e a Caixa Econômica Federal, de modo a criar uma sinergia da ação de financiamento público na região;
- retomada do papel típico da ação desenvolvimentista do Estado, através da formação de um conglomerado de empresas estatais para aumentar a capacidade de investimento na região, com a concentração em quatro setores: sistema ferroviário, programa do biodiesel, setor farmacêutico e setor de componentes eletrônicos;
- recriação do sistema federal de assistência técnica para a agricultura familiar.

11. Mobilização política:

- criação de um pacto entre lideranças políticas, empresariais, intelectuais em torno dos objetivos da estratégia de desenvolvimento, tanto no plano federal como no plano regional, tendo em vista principalmente restaurar a fratura da solidariedade entre os estados do Nordeste;
- criação de um fórum envolvendo as instituições governamentais de desenvolvimento, a classe trabalhadora, organizações não-governamentais;
- formação de um pacto cooperativo, no plano nacional, com foco imediato no plano regional, para fortalecer o federalismo de cooperação.

Diretoria da AFBNB - Biênio 2009/2010

José Frota de Medeiros
Presidente

Francisco de Assis Silva de Araújo
Diretor Administrativo

Rita Josina Feitosa da Silva
Diretora Tesoureira

Dorisval de Lima
Diretor de Comunicação e Cultura

Waldenir Sidney Fagundes Britto
Diretor de Formação Política

Geraldo Eugênio Galindo
Diretor de Acompanhamento das Entidades Coligadas

José Alci Lacerda de Jesus
Diretor de Ações Institucionais

Alberto Ubirajara Mafra Lins Vieira
1º Suplente

Henrique Eduardo Barroso Moreira
2º Suplente

Francisco Ribeiro de Lima
3º Suplente

Givanildo Bispo do Nascimento
4º Suplente



Rumo à construção de uma nova sociedade, com desenvolvimento sustentável e justiça social

